

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ITABERAÍ  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Gerlana Pereira Lino de Araújo

Kênia Kristhina dos Santos

**Escola do Campo: um reforço de socialização.**

ITABERAÍ

DEZEMBRO/2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ITABERAÍ  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Gerlana Pereira Lino de Araújo

Kênia Krishina dos Santos

**Escola do Campo: um reforço de socialização.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca de defesa do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás - UnU Itaberaí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador Prof. Ms. Renato Gomes Vieira.

ITABERAÍ

2011

**Gerlana Pereira Lino de Araújo**

**Kênia Kristhina dos Santos**

**Escola do Campo: um reforço de socialização.**

Defendida e aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos  
professores:

---

**Prof. Ms. Renato Gomes Vieira- UEG /UnU Itaberaí**

Presidente da Banca

---

**Prof. Ms. Arcângelo Scolaro - Fac. Aliança**

Membro

---

**Prof. Ms. Raimundo Márcio Mota de Castro – UEG - UnU Itaberaí**

Membro

## RESUMO

A proposta temática presente, Escola do Campo - um reforço de socialização, objetiva tratar dos antecedentes históricos, da formação e do desenvolvimento da Educação do Campo como modelo de educação para esta área da sociedade surgida recentemente das ações do movimento social do campo. Busca explicitar as diversas características e especificidades da Educação do Campo e discute a implementação desta política encampada pelo MEC como forma de superar o atraso do campo em relação à educação urbana. A análise é referenciada no estudo bibliográfico da produção teórica do movimento *Por uma Educação do Campo*, bem como por documentos produzidos pelo MEC. Como exemplificação deste novo modelo de educação, analisa um dos programas oriundos da luta da Educação do Campo: o PRONERA. Programa que busca representar as aspirações de todos os grupos que participam da organização, gestão e construção deste paradigma, bem como, efetivar um programa de educação junto a assentados, acampados e trabalhadores rurais.

**Palavras- Chave:** Paradigma. Educação do Campo. PRONERA.

## **ABSTRACT**

The theme this proposal, the Field School - a reinforcement of socialization, aims to treat the historical background, training and development of the Rural Education as a model of education for this area of society that emerged recently from the actions of the social movement field. Seeks to explain the different specificities of Rural Education and discusses the implementation of this policy championed by the MEC as a way to bridge the gap from the field in relation to urban education. The analysis is referenced in bibliographical study of the theoretical production of motion by a Rural Education, as well as documents produced by the MEC. As an example of this new model of education, examines one of the programs from the struggle of the Rural Education: The PRONERA. Program that seeks to represent the aspirations of all groups involved in the organization, management and construction of this paradigm, as well as an effective education program with the settlers, squatters and rural workers.

**Keywords:** Paradigm. Rural Education. PRONERA.

Dedicamos este trabalho, primeiramente a Deus, pois sem Ele nada seríamos, e não seria possível estarmos aqui hoje desfrutando desses momentos tão importantes em nossas vidas. A nossos pais e esposos, pela compreensão e dedicação, ao longo dessa e de outras caminhadas.

## **AGRADECIMENTO**

Agradecemos primeiramente a Deus, pois ele sempre vem em primeiro lugar.

Aos nossos pais e familiares, pela compreensão e dedicação.

As colegas de classe e aos professores, pelo aprendizado constante e pela amizade solidificada ao longo dessa jornada que certamente se eternizará.

Por muito tempo, nossos pais e nossos professores nos fizeram acreditar que, para sermos felizes, teríamos que sair do campo. Muitos acreditam nisso. Talvez por conta disso, as cidades estão cada vez mais superlotadas, violentas e excludentes. Graças a Deus, hoje já existem políticas públicas, escolas e famílias que tentam reparar este grande erro. É necessário que o homem do campo seja respeitado e valorizado. A escola do campo, hoje, tem esse poder: levar o homem do campo a reconhecer-se agente ativo na transformação desta realidade, o que o levará a conviver melhor e com mais prazer no meio rural.

Maria Vanilda de Oliveira Carneiro.

## **LISTA DE SIGLAS**

ASSESSOAR- Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

CAATINGA- Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas

CAT- Conhecer, Analisar e Transformar

CEFFAS- Centros Familiares de Formação por Alternância

CFR- Casas Familiares Rurais

CONAQ- Coordenação Nacional dos Quilombos

CONSED- Conselho Nacional de Secretários de Educação

CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CNBB- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

EFAS- Escolas Famílias Agrícolas

ENERA- Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária

FETAG- Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC- Ministério de Educação

MEPF- Ministério Extraordinário da Política Fundiária

MOC- Movimento de Organização Comunitária

MOVA do campo- Movimento de Alfabetização do campo

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MSTTR- Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

PADRSS- Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SERTA- Serviço de Tecnologia Alternativa

STTRS- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UNDIME- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNB- Universidade de Brasília

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	11
<b>I Educação e Educação do Campo</b>	13
1.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Educação do Campo	13
1.2 Educação do Campo	15
<b>II Propostas Para Uma Educação do Campo</b>	21
2.1 A Educação no Campo e a Educação do Campo	21
2.2 Políticas Educacionais para o Campo	24
<b>III Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)</b>	30
3.1 PRONERA	30
3.2 Do Governo de Fernando Henrique Cardoso ao Governo Lula	32
3.3 Escola do Campo: Um Reforço de Socialização	34
<b>Considerações Finais</b>	38
<b>Referências</b>	39

## INTRODUÇÃO

Existem, dentro da educação, inúmeros paradigmas que atuam como uma barreira aos ideais contemporâneos. Superar esses preconceitos é a nossa tarefa de pedagogos. A educação tratada como ideias pré-concebidas perde a eficiência e a autenticidade, ao passo que promove o desânimo e o obscurantismo. Devemos nos posicionar contra esse determinismo que, muitas vezes, impede a realização de projetos modernos e cerceiam a liberdade. A escola tem um papel importante neste processo, independente de estar situada no espaço urbano ou rural. Neste sentido, é que a discussão e a prática, oriundas de uma educação do campo, podem muito contribuir para a mudança social e uma intervenção mais humana, responsável e solidária na natureza, nas suas mais diversas expressões.

A educação do campo surge como uma produção de movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), instituições públicas e religiosas, dentre vários outros. Ela surgiu das lutas e reivindicações de assentados, acampados, camponeses e trabalhadores rurais por uma escola efetivamente voltada para as necessidades do povo do campo.

Com os movimentos sociais do campo, foi-se percebendo que a rede educacional rural, além de não atender ao direito de educação básica, também não garantia fatores como: permanência, qualidade de ensino, formação de professores, dentre outros.

A reflexão sobre essa modalidade de educação demonstra que, durante muito tempo, os (as) trabalhadores (as) do campo ficaram à margem da escola ou, quando muito, tinham acesso a uma escola precária. Assim, a educação do campo surge para quebrar esse paradigma de educação rural presente na história brasileira.

Podemos, então, afirmar que a educação do campo se distingue por três princípios fundamentais que nortearam a formação deste novo modelo de educação:

- a. O protagonismo dos sujeitos coletivos é a base da educação do campo, pois é através dos movimentos e das lutas coletivas que se avalia o que está sendo feito e o que ainda se há de fazer.
- b. A luta pela educação de qualidade não deve buscar apenas a formação de pessoas, mas também a efetivação do protagonismo dos sujeitos, tendo como referência as lutas do campo.

- c. O compromisso com a construção de uma vida sustentável nos remete a um modelo de sociedade mais humano e solidário. (Andrade e Di Pierro, 2004a).

A educação do campo vem se seguindo como princípio, conceito, método, prática, política pública, luta pela educação em seus diferentes níveis, etapas e modalidades. Nessa perspectiva, a educação do campo nasce da luta pela terra, por uma sociedade mais justa, em termos econômicos, políticos, sociais e ambientais. Assim, ela se estrutura comprometida com uma produção de vida sustentável pela posse e uso da terra.

A partir do tema central – Escola do Campo: um reforço de socialização – organizamos o presente trabalho em três capítulos que buscam mostrar a educação do campo como uma construção histórica de lutas e práticas do povo do campo.

O primeiro capítulo trata da educação brasileira em seus níveis, modalidades e função, pois a educação é um direito de todos, independentemente do lugar onde vivem ou da forma que trabalham. Também retrata a construção do novo paradigma da educação do campo, pensada em toda sua complexidade e construída pelos movimentos sociais, em contraposição à antiga concepção de educação rural.

O segundo capítulo analisa as dificuldades que o povo do campo enfrenta para conseguir uma educação de qualidade, também vem nos mostrar o que está sendo feito para reverter esse quadro e as mudanças que já ocorreram. Para tal, nos é apresentada uma breve discussão da importância da educação no/do campo; em seguida, a necessidade de implementação de políticas públicas e projetos educativos próprios para o povo que vive no/do campo. E, finalmente, alguns aspectos da política educacional do campo, gestada pelo MEC, para atender ao movimento do campo.

O terceiro capítulo irá apresentar um dos programas mais importantes da luta da educação do campo: o PRONERA. Mostra seu surgimento, ações e conquistas alcançadas para a melhoria da educação do campo, as parcerias e as dificuldades enfrentadas. O diferencial do PRONERA é que esse programa, assumido pelo governo federal, foi construído, em grande medida, pelos movimentos sociais, juntamente com todos os assentados, acampados e trabalhadores rurais.

## **Capítulo I**

### **Educação e Educação do Campo**

O presente capítulo trata da educação brasileira em seus níveis, modalidades e funções, pois a educação é um direito de todos, independentemente do lugar onde vivem ou da forma que trabalham. Em seguida, irá retratar a educação do campo, na qual devemos pensar o campo em toda sua complexidade. E, finalmente, aborda as propostas educacionais do movimento do campo que acabaram se tornando em propostas do Ministério de Educação (MEC).

#### **1.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Educação do Campo**

Os seres humanos não nascem prontos e acabados, seu desenvolvimento decorre em toda uma vida de relações sociais, ou seja, a educação está presente a todo o momento, seja dentro ou fora da escola. O espaço escolar se torna um chão de aprendizagem para o exercício da cidadania. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 1. A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

A educação escolar conta com um grande número de leis na oferta de uma educação para todos. Conforme a LDBEN nº 9394/96, no seu título V, a educação brasileira é formada em dois níveis: educação básica e educação superior, com as seguintes modalidades: educação especial, formação de professores na modalidade normal, educação escolar indígena, educação de jovens e adultos e educação técnica profissional.

Na LDBEN nº 9394/96, a educação básica se organiza nas seguintes etapas:

Educação Infantil- ofertada em creches às crianças até 03 anos e pré-escolas - crianças de 04 a 06 anos - responsabilidade prioritária do município. (art.29) Ensino Fundamental - a partir dos 07 anos e facultativamente aos 06 anos. Duração mínima de 08 anos. Obrigatório e gratuito na escola pública. Divide-se em: séries iniciais - 1º a 4ª; séries finais - 5ª a 8ª série. (art.32) Ensino Médio - etapa final da educação básica com duração mínima de três anos. Prioridade esfera estadual 1º a 3º ano (art.35) (BRASIL, 1996).

A educação do campo é uma educação diferenciada, mas percorre todas as etapas do ensino que estão colocadas na LDB. A educação técnica profissional poderá ser feita junto com o ensino médio ou após sua conclusão. A escola não se limita apenas à transmissão do conhecimento, ela tem a função de introduzir nos alunos os significados da cultura e da ciência, tornando-os capazes de analisar e criticar as informações recebidas pela sociedade e pelas mídias e, finalmente, produzir novos conhecimentos a partir do patrimônio cultural já existente (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004 e SACRISTÁN; PÉREZ GÓMEZ, 2000).

Com a democratização do Brasil, a educação tem que ser oferecida com qualidade, sendo escola um espaço privilegiado de formação, conhecimento, cultura, valores, identidades, para jovens, adultos e adolescentes, abrindo horizontes desde o chão em que pisam ao que há de mais avançado no mundo.

Desde a década de 1980, percebemos uma marcante presença do povo do campo na política e na cultura do país em busca de igualdade, respeito e direito a uma educação do campo, especialmente pela presença de um forte movimento social, do qual o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) é o melhor exemplo.

Estes movimentos sociais foram protagonistas de uma grande luta pela conquista da terra, como também de uma organização da educação do campo, com materiais teóricos e de várias conferências que deram voz e vez aos trabalhadores do campo na sua luta por uma efetiva educação de qualidade (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004). Através da trajetória da educação do campo, percebemos que o silenciamento e o esquecimento não têm sentido e que devemos entender melhor os diferentes grupos que formam o povo do campo. A educação do campo destaca o que mais tem sido negado à sua população, que é o direito à educação e, por outro lado, revela muito claramente a organização do povo do campo para obter suas conquistas.

Existem diferenças entre educação do campo e educação urbana, mas o que não pode haver são as desigualdades, pois o povo do campo deve frequentar escolas com professores e materiais pedagógicos apropriados à sua realidade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, no seu art. 28:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I-conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

A educação é um direito de todos, independentemente de onde vivem ou trabalham, e deve ser promovida de forma a incentivar e colaborar no desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e na sua qualificação para o trabalho. A educação para o povo do campo deve ser oferecida de forma a atender a sua realidade e necessidades, promovendo sempre um ensino de qualidade.

## 1.2 Educação do Campo

Também mantendo o mesmo sentido da discussão anterior, o Dicionário Houaiss (2001) define a educação como aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano. É um conjunto de aprendizados que as pessoas fazem entre si, em um determinado tempo e lugar. O campo, segundo o mesmo dicionário, é uma região além dos limites das cidades, na qual se praticam atividades agrícolas e pecuárias ou utilizadas para recreio e férias. Essas ideias de campo, segundo o dicionário, estão diferenciadas do que se vê como campo. Pois não se separa o campo da atividade produtiva do campo onde acontece o lazer, pois “se a educação é a aplicação de métodos para assegurar a formação integral de um ser humano, é preciso pensar como se educam os seres humanos do campo, que são bastante diferentes entre si”. (LIMA; SANTOS; ALDRIGHI, 2006, p. 27).

A educação do campo é um novo conceito a respeito da educação que a população camponesa quer e está lutando para ter. Esse novo conceito nasceu por meio dos movimentos e organizações do campo, das lutas de quem já está cansado e não conformado como as coisas estão. Ao conquistarem a terra e se organizarem em associações, sindicatos, vida política perceberam que todos têm direitos e que é preciso lutar por eles.

A educação do campo, conforme afirmam LIMA; SANTOS; ALDRIGHI (2006, p. 28), apresenta duas lutas que serão extremamente necessárias:

(1) pela efetivação do direito e pela ampliação do acesso à educação e à escolarização no campo e

(2) pela construção de uma escola que esteja *no* campo, mas que também seja *do* campo: uma escola ligada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos que vivem no campo.

Nestas duas ideias estão expostos dois pilares fundamentais para se pensar e elaborar uma educação do campo, fundamentais para todo movimento envolvido nesta proposta. Primeiramente, a visão de que esta educação deve ser efetivada com todos os recursos necessários para sua realização e melhoria. Em segundo lugar, a educação do campo deve ser pensada pelos trabalhadores do campo e para os trabalhadores do campo, em suas diversas atividades e modalidades: “pensar uma educação do campo significa pensar o campo em toda sua complexidade” (MOLINA; JESUS, 2004, p.10), isto a partir das lutas e das experiências vivenciadas pelos movimentos sociais.

A educação do campo surgiu em forma de mobilização para que não desaparecessem suas escolas, territórios e, principalmente, para que não desaparecesse sua identidade construída em torno da afirmação de uma identidade que preserve os valores daqueles que habitam e vivem no campo, e não com os parâmetros da vida urbana, considerados por determinadas visões como superior, numa longa tradição na história brasileira (DIAS DA SILVA, 2004).

Nesta linha, o povo do campo acaba sendo alvo de chacotas, tratados como inferiores. Seu ensino é tido como atrasado e, assim, obriga os pais a transferir seus filhos para as escolas da cidade. Mas o que se deve perceber é que essa proposta de transferir os alunos do campo para a cidade pode agravar ainda mais a educação dos mesmos. É necessária uma política pública de educação do campo para transformar a ideia de que o campo é só produção agrícola, quando, na verdade, ele é também um território de vida, um espaço de construção de vida (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 61).

Esta visão e situação começaram a mudar a partir dos movimentos sociais do campo e do questionamento do conceito de educação rural que, até a década de 1970, servia para moldar toda a educação:

Historicamente, o conceito educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos, parte intrínseca daquele paradigma do rural tradicional descrito anteriormente. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles. A educação rural, em suas correntes mais conservadoras, tem uma visão exterior que ignora a própria realidade que se propõe trabalhar (...). A educação rural projeta um território alienado porque propõe para os grupos sociais que vivem do trabalho da terra, um modelo de desenvolvimento que

os expropria. A origem da educação rural está na base do pensamento latifundista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 61-62).

Os movimentos sociais começaram a se organizar para reivindicar, não uma educação rural, mas uma educação do campo que atendesse aos interesses da população do campo e assim começaram seu processo de organização de lutas pela terra e pela educação.

Uns dos instrumentos utilizados para esse fim foi a realização de diversas conferências nacionais que discutissem e afirmassem esta nova visão de uma educação do campo criada pelos povos do campo, tendo como centro o campo como espaço de vida e de resistência e de respeito à diversidade, e não como um simples espaço de produção (FERNANDES; MOLINA, 2004).

A *1ª Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo* foi realizada em 1998, Luziânia (Goiás), e dela participaram o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a UnB (Universidade de Brasília), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação) e o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), dentre outras entidades. Segundo os objetivos da Conferência, o povo do campo tem direito a uma educação de qualidade pensada e realizada pelos próprios membros do campo. Assim, certifica-se que a educação para a população do campo, com certeza, não é a simples transposição da educação urbana para o campo.

É necessário que haja uma política específica para tratar essas várias questões do campo, bem como uma educação que atenda às necessidades dos sujeitos do campo. Nessa *I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo*, foram tratados, também, o difícil acesso e a baixa qualidade de ensino que é proposto à população. Para que haja uma boa educação no campo, é necessário se preocupar com a formação humana de toda essa gente e, especialmente, para os jovens que quiserem permanecer no campo, para que tenham boas condições de trabalho e vida digna.

Em agosto de 2004, aconteceu a *II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo*, já com uma nova denominação tirada dos debates realizados no Seminário Nacional de 2002, realizado em Brasília, que alterou a denominação *Por Uma Educação do Campo*, procurando afirmar a necessidade de uma educação na escola formal com qualidade, com acesso ao conjunto de processos formativos já constituídos pela humanidade, bem como, reafirmar o direito do povo do campo a uma escola pública do campo, que compreenda desde a educação infantil até a universidade. Neste momento, também ocorre a ampliação do

movimento com a participação de movimentos indígenas, quilombolas, pastoral da terra e secretarias municipais e estaduais do país, todos na luta pela universalização do ensino em nosso país. (CALDART, 2004, p. 13-14).

Daí por diante, cada vez mais vai se afirmando a educação do campo como uma nova forma de ver a questão da educação ligada ao campo. Não é apenas uma mudança de denominação, pois esta vai indicar um novo paradigma, um novo modelo. Ela aponta, não apenas uma educação realizada no campo, como também outras transformações como a questão do sujeito, o que significa não apenas transportar a educação urbana para a área rural. A educação deve partir do trabalhador e de suas necessidades.

O campo da educação no campo é analisado a partir do conceito de território, aqui definido como o espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais (...) uma construção teórica que se consolida na comunidade científica, é incorporada por diferentes instituições e se transforma em um projeto de desenvolvimento territorial. (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 53-54).

As transformações que acontecem na teoria e na realidade são importantes para perceber que o conhecimento é um processo de infinitas modificações. Trata-se de um novo paradigma que faz a ligação entre teoria e realidade e são através de teses científicas e dos movimentos sociais que surgem os programas e sistemas para a execução de políticas públicas, de projetos de desenvolvimento. Os conhecimentos adquiridos por uma visão de mundo é que fazem com que ações necessárias sejam tomadas para transformação da realidade.

De acordo com a acepção kuhniana<sup>1</sup>, “na tentativa de interpretação de uma mesma realidade podem surgir diferentes paradigmas” (FERNANDES e MOLINA, 2004, p. 56). Em resumo, os paradigmas são as questões teóricas e políticas que contribuem na transformação

---

<sup>1</sup> “Thomas Samuel Kuhn definiu o conceito de paradigma como as realizações científicas universalmente reconhecidas e que fornecem problemas e soluções para as questões da comunidade científica. Essas realizações são processos de construção do conhecimento que elaboram teorias, sofrem rupturas e superações por meio do que Kuhn chamou de revoluções científicas.

O surgimento e o fim de paradigmas são resultados de transformações que ocorrem nas realidades e nas teorias, compreendendo o conhecimento como um processo infinito (*A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994). Esta acepção de paradigma empregado por Kuhn nos ajuda a compreender a espacialidade das teorias e suas dimensões políticas (...). A construção de paradigmas só é possível, de acordo com a acepção kuhniana, quando a comunidade científica adquiriu as primeiras respostas para as questões colocadas na interpretação da realidade em formação. Estas questões também são colocadas pelas instituições na procura da compreensão da realidade. Como a ciência é política - e esta tem como sentido a liberdade - na tentativa de interpretação de uma mesma realidade podem surgir diferentes paradigmas”. (FERNANDES; MOLINA, 2004, P.55)

da realidade na medida em que contribuem para produção de novos conhecimentos que ajudam também na formação de novas realidades.

Desta forma, podemos considerar a educação do campo como um paradigma oposto ao paradigma rural tradicional, até então dominante na discussão sobre educação como antes já havíamos adiantado. Este último modelo tem como preocupação básica somente o rendimento econômico e não se preocupa com o campo como um território de vida e também gerador de diferentes pensamentos, para que o povo pense que exista apenas uma única saída para viver nessa realidade que o paradigma tradicional estabelece. Esses sentimentos levam o povo do campo a pensar que para desenvolver sua produção são necessários equipamentos tecnológicos, os mesmos utilizados por grandes indústrias e que não há outra forma de desenvolvimento. Esse é o interesse da agroindústria ou capitalismo rural. Como os pequenos proprietários rurais não têm condições para adquirir esses equipamentos, acabam arrendando suas terras e mão-de-obra. E, quando os empresários não sentem mais necessidade de usar a terra, retiram suas máquinas e instrumentos, não se preocupam em pagar os direitos e o preço realmente justo pelo arrendamento, deixando o solo esgotado e o povo mais pobre financeira e emocionalmente, provocando nos camponeses e trabalhadores rurais uma vontade de não mais viver no campo. (FERNANDES; MOLINA, 2004).

No campo é forte a relação com a família, desde o modo de vida até as relações produtivas e, desta forma, são necessários projetos políticos e econômicos que viabilizem essa proximidade. A educação se faz necessária diante dessa mudança, pois “(...) produzir seu espaço significa construir o seu próprio pensamento”. (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.61). Assim, só é possível cumprir estes objetivos se a educação for profundamente ligada às questões e discussões do campo.

Pode contribuir muito, nesta direção, desmanchar a imagem muito presente que hierarquiza a relação entre campo e cidade, bem como “sobre a visão tradicional do jeca tatu, do campo como o lugar do atraso” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 68). A função da educação escolar, nesse caso, é fortalecer a identidade e autonomia das populações do campo e conduzir o povo do Brasil a compreender que não há uma hierarquia, mas, necessariamente, complementaridades: cidade não vive sem campo e campo não vive sem cidade.

A educação do campo, portanto, é profundamente dependente e ligada naqueles que vivem e trabalham no campo, especialmente naqueles que vivem da agricultura camponesa. E a educação, assim, deve contemplar as famílias que trabalham e vivem da terra. “O campo não é somente o território do negócio. É, sobretudo, o espaço da cultura, da produção para a vida”. (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 84). É neste espaço que surge e se

desenvolve um novo conceito: *educação do campo* que pode e já vem contribuindo muito para uma reflexão tanto política como pedagógica da educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Especialmente por que:

Estes movimentos estão apontando que, se se pretende assumir politicamente sua educação, o melhor caminho será entender o que suas formas de seres humanos estão sendo remexidas nos alicerces mais profundos: sua relação com a terra, suas formas de produção e de vida, suas condições de convívio e sociabilidade. A formação do ser humano, sua socialização e produção do conhecimento e dos valores são inseparáveis das formas de produzir suas existências. Exatamente ao sentirem-se ameaçados nessas bases de sua produção humana os leva a reagir e a defendê-las. Nesse processo se apegam a seus valores, sua cultura, seus saberes e sua terra. Repõem o direito à educação na defesa de seu direito a ser e reproduzir suas existências. O campo está preparado para novas políticas públicas de educação. Estas só terão sentido se enraizadas nessa dinâmica humana, cultural vivenciada no campo. Se a expansão do agronegócio não será demasiado exigente com a presença do público, nem com a estruturação de um sistema de educação, nem sequer de qualificação dos trabalhadores, a expansão da consciência do direito a terra, à vida, à cultura e à identidade está se revelando exigente com a presença do público e com a estruturação de estratégias e políticas públicas capazes de responder a essa dinâmica humana. (ARROYO, 2004, p. 58).

Desta forma, vamos prosseguir nossa discussão buscando entender melhor a proposição deste novo modelo de educação do campo, nascido dos movimentos sociais e sua efetivação pelo governo federal.

## **Capítulo II**

### **Propostas Para Uma Educação do Campo**

Este capítulo objetiva analisar as dificuldades que o povo do campo enfrenta para conseguir uma educação de qualidade, bem como nos mostrar o que está sendo feito para reverter esse quadro e as mudanças que já ocorreram. Para tal, ele está estruturado da seguinte forma: inicialmente é apresentada uma breve discussão da importância da educação do campo, em seguida, a necessidade de implementação de políticas públicas e projetos educativos próprios para o povo que vive no/do campo e, finalmente, algumas palavras são ditas sobre as organizações e programas que foram precursores na elaboração de referenciais da educação.

#### **2.1 A Educação no Campo e a Educação do Campo**

O povo do campo, no Brasil, quase sempre esteve no esquecimento, tendo assim os seus direitos negados, o que torna urgente ouvir e entender as necessidades existentes neste meio. Nesse silenciamento está um dos direitos mais esquecido: o direito à educação.

Na realidade, o povo do campo tem sofrido um tratamento desigual e discriminatório por parte das políticas públicas e de pessoas da cidade. Percebe-se que as escolas da cidade são bem conceituadas, já a do campo é vista como resíduo da educação, como se o povo do campo não necessitasse de uma boa educação já que vive na “roça”, como mostramos anteriormente.

É urgente a implementação de uma escola no campo que atenda às necessidades dos diferentes grupos que vivem no campo, para que tenham uma vida mais digna, sem exclusão, sem perder identidade e que entendam seus valores e a cultura ali existentes. É importante compreender que cidade e campo se complementam, não havendo necessidade dessa desigualdade. Neste sentido,

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p.14).

O problema está relacionado à qualidade da educação, aos desafios, à história, enfim, quando a educação do campo se refere à qualidade da educação, não significa somente escolas no campo, mas sim, escola do campo, como bem assinala Caldart (2004 p. 25-26):

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento *Por Uma Educação do Campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

A expressão *no* campo diz respeito a oferecer escola no local em que moram e *do* campo significa uma escola voltada para a realidade do campo, uma escola a partir da cultura do campo, preocupada com a identidade dos trabalhadores do campo. Uma proposta de escola urbana para atender a esta população é um problema sério. Entretanto, muitas vezes, preferem-se levar as crianças do campo para a cidade, com viagens demoradas, arriscadas, só para diminuir custos com a educação, ao invés de construir escolas rurais, inseridas na cultura local. Por tudo isto se faz necessárias escolas que atendam a população do campo e que tenham uma educação de qualidade voltada para a realidade do campo.

O povo do campo precisa de incentivo e respeito. É indispensável reconhecer que eles não só fazem parte do desenvolvimento, como são absolutamente imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável e para uma vida com qualidade. A escola do campo é um projeto em desenvolvimento contínuo que irá atender às necessidades do povo do campo em toda sua extensão: da pré-escola até a universidade, com práticas pedagógicas próprias e com professores qualificados.

[...] Uma construção pedagógica onde os educadores tenham o tempo e as condições necessárias para se construírem educadores com *identidade camponesa*, ou seja, viver o que vive o povo do campo, sentir o que o povo sente, conviver com o povo do campo e suas coisas. E transforma estas vivências em parte do processo pedagógico, articulando com a ciência, a história, a literatura, a matemática, a arte, a geografia... (LIMA; SANTOS; ALDRIGHI, 2006, p. 33, grifo do autor)

É preciso entender que o povo do campo põe alimento não apenas na sua própria mesa, mas de toda uma nação e, mesmo assim, não cultivam o desprezo para com os residentes na cidade. Então, os habitantes da cidade devem também respeitar a cultura do campo. Portanto, todos têm o direito a ter uma ótima educação em todos os níveis de

escolaridade, sendo injustificável oferecer ao campo apenas uma “meia” educação, descontextualizada de sua realidade.

Na avaliação dos autores (LIMA; SANTOS; ALDRIGHI, 2006), a realidade das escolas do campo ainda padecem de muitos problemas, tais como: ausência de bibliotecas, de energia elétrica e computadores. Às vezes, só têm o quadro e as mesas são as que sobraram da cidade. Uma situação muito distante de uma escola mais digna, com materiais e estruturas boas onde o educando possa ter o prazer de ir e estudar, enfim de uma educação de qualidade e igual para todos. Como esclarece a LDBEN nº 9.394/96:

Art.5º- O acesso ao ensino público fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público acionar o Poder Público para exigi-lo. (BRASIL, 1996)

Quando cada pessoa nasce, ela já nasce com o direito à educação, pois já é considerado um cidadão. Mas mesmo assim deve, na prática, lutar para garantir seus direitos. Apesar de as leis existentes para o campo, ainda persiste baixos níveis de escolaridade, com elevados índices do que é denominado como analfabetismo funcional. A educação do campo vem conquistando seu espaço por meio de programas e deve ter clareza de que a luta tem que acontecer no campo das políticas públicas, para que haja a universalização da educação para todos, o que é um direito universal.

O agravante nesta discussão da educação do campo, segundo Caldart (2004a), é que na história do Brasil, quase todo projeto pedagógico era feito para o meio rural e não para os sujeitos do campo, os reais e efetivos interessados nesta questão. O movimento por uma educação do campo almeja que o povo do campo participe diretamente de todas as decisões que serão tomadas e que não se sintam mais como os excluídos, mas sim como sujeitos capazes de transformar o nosso país, enquanto cidadãos do mundo.

Este movimento: Por Uma Educação do Campo, como temos demonstrado até o momento, que tem sua origem nos movimentos sociais do campo, em especial no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), nasce da insatisfação com as condições de vida desumanas, as injustiças, a desigualdade e a educação de baixa qualidade. Exige transformações nesta realidade o mais rápido possível.

Os sujeitos da Educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária;

sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas pedagógicas... (CALDART, 2004a, p. 29).

Diante de todos os obstáculos, os sujeitos do campo ficam ali, sentindo, na própria pele, as dificuldades. Não concordam e lutam para que sua cultura e identidade própria não sejam descaracterizadas e que seus direitos sejam reconhecidos. A luta por uma educação anda junto com as lutas pela mudança das condições sociais de vida no campo, pois não há como educar, verdadeiramente, sem modificar as atuais condições de existência.

Conforme Caldart (2004a), o conceito de educação do campo nasceu pelas práticas desenvolvidas no campo ou pelos sujeitos do campo. Não se reconhece mais o campo como um lugar que somente produz alimentos, pois ele também produz pedagogia. Foi pela pressão dos movimentos sociais do campo que foi se constituindo esta nova política educacional pública para a educação do campo.

Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004), entende-se por políticas públicas os conjuntos de ações resultantes do processo de institucionalização de demandas coletivas constituído pela interação estado/sociedade. Um dos problemas do campo é a falta de políticas públicas que garantam o desenvolvimento de forma adequada para esse meio, tanto para acabar com a discriminação, como para melhorar a identidade e garantir um atendimento de qualidade aos que vivem no campo.

A importância da aprovação das diretrizes operacionais para as escolas do campo, com o objetivo de adequar os direitos conquistados na área educacional a essa realidade, representa o resgate de um direito negado, o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, para participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais. (SILVA, 2002, p.07)

Nesta direção, as conferências realizadas nestes últimos anos pelas diversas entidades populares foram de suma importância para tornar realidade uma política educacional voltada para as reais necessidades do campo. Um aspecto importante a ressaltar é a participação decisiva da população do campo na elaboração destas políticas.

## **2.2 Políticas Educacionais Para o Campo**

Segundo dados do censo (IBGE, 2011), em 2010, apenas 15,65% da população (29.852.986 pessoas) viviam em situação rural, contra 84,35% em situação urbana

(160.879.708 pessoas). Em 2000, 81,25% da população brasileira (137.953.959 pessoas) viviam em situação urbana e 18,75% (31.845.211 pessoas) em situação rural. Podemos então verificar uma leve queda da população rural que contrasta com seu protagonismo nas lutas sociais.

Do ponto de vista sociocultural, o acesso à educação da população residente da zona rural é grande indicador da desigualdade social entre as zonas rural e urbana. A taxa de analfabetismo é considerada mais elevada na zona rural que na zona urbana, trazendo grandes prejuízos à população rural. O que deixa evidente a necessidade de ações que reflitam na efetivação de políticas públicas educacionais para a diminuição dessas desigualdades e melhorem a qualidade ensino vivenciada pelo povo do campo. As condições físicas e a infraestrutura apresentada pelas escolas rurais são bem distintas das escolas urbanas. Os recursos disponíveis às escolas rurais ainda continuam bastante precários, como atesta a própria avaliação do MEC:

Esse panorama condicionou a evolução da educação escolar brasileira e nos deixou como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo: em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infraestrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de uma formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo (...). Embora os problemas da educação não estejam localizados apenas no meio rural, no campo a situação é mais grave, pois, além de não considerar a realidade socioambiental onde a escola está inserida, esta foi tratada sistematicamente, pelo poder público, com políticas compensatórias, programas e projetos emergenciais e, muitas vezes, ratificou o discurso da cidadania e, portanto, de uma vida digna reduzida aos limites geográficos e culturais da cidade, negando o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos cidadãos. (RAMOS; MOREIRA; SANTOS, 2004, p. 07).

Este mesmo relato das precariedades da educação no campo pode ser encontrado em outros textos mais recentes do MEC, em que a mesma situação, apesar de alguns avanços, pode ser constatada. As escolas rurais não possuem, em sua realidade, equipamentos como biblioteca, laboratório e quadras de esporte. E a falta desses equipamentos acarreta um ensino cada vez mais baixo em qualidade. As escolas rurais necessitam de equipamentos que auxiliem num ensino mais produtivo e transformador. Outro fator que contribui para o baixo ensino nas escolas rurais é a falta de professores capacitados para atender às necessidades do povo do campo. Além de passar por dificuldades para ter acesso às escolas rurais, os professores ainda enfrentam salários inferiores, sobrecarga de trabalhos e a falta de ajuda de

custo para acesso à zona rural. As dificuldades enfrentadas pela população rural, em muito maior escala, implicam o desenvolvimento de um ensino de qualidade inferior ao que é oferecida à população residente na zona urbana, nas palavras dos autores do livro editado pelo MEC:

Os dados oficiais disponibilizados pelas instituições federais de pesquisa – IBGE, INEP e IPEA, entre outras – demonstram uma diferença acentuada entre os indicadores educacionais relativos às populações que vivem no campo e as que vivem nas cidades, com clara desvantagem para as primeiras. Isto indica que, no decorrer da história, as políticas públicas para essas populações não foram suficientes para garantir uma equidade educacional entre campo e cidade. (HENRIQUES; MARANGON; DELAMORA; CHAMUSCA, 2007, p. 09).

Na linha destas considerações é que existe também a recomendação da realização de políticas que valorizem os profissionais da educação do campo. E ainda devem ser destacadas ações efetivas que foquem na formação profissional adequada e continuada, considerando melhores salários que estimulem a permanência de profissionais qualificados nas salas de aula da zona rural. Essa qualidade de ensino não ocorrerá apenas com a ampliação do número de escolas, mas sim com as transformações das condições pedagógicas e da infraestrutura. Seria um equívoco trazer para o campo o modelo das escolas da cidade. É necessário garantir um trabalho pedagógico, formação de professores e organização curricular que seja do campo, para o campo e no campo. Assim, as ações e mobilizações desenvolvidas pelo MEC precisam apresentar qualidade e efetividade para uma educação que viabilize a permanência do povo do campo no seu local de origem. Sem essas bases sólidas, a educação do campo continuará precária e sujeita a extinção. (HENRIQUES; MARANGON; DELAMORA; CHAMUSCA, 2007).

Essa política pública está em construção para gerar qualidade social, política e pedagógica e, para isso, o MEC conta com parcerias para continuar avançando na implementação dessas melhorias à população rural, que pode ser observada na aproximação dos movimentos sociais do campo com o governo federal, nos últimos oito anos. (HENRIQUES; MARANGON; DELAMORA; CHAMUSCA, 2007).

Uma visão diagnóstica e de formulações de políticas, muito parecida com a do MEC, se encontra nos movimentos sociais que deram origem às conferências nacionais *Por Uma Educação Básica do Campo*, promovidas pelo MST e por diversas entidades, iniciadas em 1998, e que fundaram um novo paradigma a educação do campo para pensar esta realidade. Esta visão deixa bem claro que o campo existe e que há necessidade de políticas

públicas e projeto educativo próprio para o povo que vive no campo. Após essa conferência percebeu-se a importância de continuar e disseminar este movimento em todos os recantos do Brasil.

Segundo Molina, Arroyo e Caldart (2004), quem trabalha *Por Uma Educação do campo* tem dois grandes objetivos: mobilizar o povo que vive no campo para a realização de novas conquistas, entre elas a escolarização em todos os níveis; e a partir das práticas já existentes projetarem novas ações educativas que ajudem na formação dos sujeitos do campo.

No ano de 2002, o centro do trabalho em prol da educação do campo foi o de compreender que a educação e a escola do campo é um direito das pessoas que vivem e trabalham no campo, buscando acabar com essa visão de que a escola do campo é atrasada, pobre. Visando conscientizar de que é preciso trabalhar com o povo do campo, de acordo com sua realidade, e não retirá-los do campo. Diversas foram as lutas para garantir o acesso à educação pública e de qualidade que atenda aos interesses e necessidades do povo do campo.

Quando dizemos *Por Uma Educação do campo*, estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo, mas que também seja *do* campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade (...) (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2004, p. 18-19).

Enfim, uma escola que atenda às necessidades da população do campo e que seja pensada e concretizada pelas próprias populações do campo nos seus mais diferentes movimentos, para se forjar uma educação do campo de qualidade e com as condições adequadas para seu desenvolvimento.

Segundo Molina e Jesus (2004), foram reconhecidos os avanços da legislação educacional brasileira, em especial nos espaços abertos pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), nas Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e, agora, nas Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo. Mas a luta não terminou. Deverá continuar para garantir a implementação destas diretrizes, bem como para contribuir para seu aperfeiçoamento.

O movimento *Por Uma Educação do Campo* propõe, assim, uma série de ações para concretizar uma verdadeira educação do campo com qualidade:

- \*Possibilitar a formação de todos educadores (as) do campo.
- \*MOVA do campo - Movimento de Alfabetização do campo para todos. Preparar os jovens do campo para que possam ser os educadores futuramente.
- \*Garantir a educação desde os anos iniciais, fundamental e média.

- \*Formação técnica que atenda às necessidades dos (as) trabalhadores (as) do campo.
- \*Políticas públicas que valorizem os educadores (as) do campo profissionalmente.
- \*Realização de concurso público para a seleção de professores (as) que atuarão no campo.
- \*Que os materiais didático-pedagógicos sejam específicos para as Escolas do campo.
- \*Equipar as escolas do campo:
  - Biblioteca
  - Brinquedoteca
  - Salas de leitura
  - Informática
  - Internet e Vídeo
  - Materiais para prática de esporte e lazer
- \*Divulgação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”.
- \*Criar, no MEC, uma Secretaria que faça a interlocução com o povo que vive no campo. E criar também um departamento nas Secretarias Estadual e Municipal com a mesma finalidade.
- \*Realizar oficinas e seminários, sendo o estudo o principal foco.
- \*Ampliação do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, a fim de torná-lo uma política pública, com fundo específico. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 212-213).

A luta por uma educação do campo, como pode ser visualizada nesta extensa lista de reivindicações, avançou muito, nos últimos anos, devido à organização dos movimentos sociais do campo, tendo muitas dessas demandas se transformado em políticas educacionais assumidas pelo MEC. Mas, muito ainda falta para se realizar. Por isso, como exemplo de uma política do movimento social do campo assumida como política educacional do Governo Federal surgiu o PRONERA, que analisaremos no próximo capítulo.

## Capítulo III

### Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

Neste capítulo discutiremos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nas suas diversas dimensões, mostrando-o como uma exemplificação especial da educação do campo.

#### 3.1 PRONERA

O povo do campo sempre sofreu dificuldades, tanto para reconhecimento de seu trabalho, quanto para conseguir um ensino de qualidade. Eles quase sempre viveram no esquecimento, e isto não era por opção, mas sim pela existência de uma desigualdade social que sempre foi um traço marcante no país. Foi a busca de uma vida mais digna e de direitos iguais que motivou o povo do campo a tomar a luta como uma dimensão importante de sua vida.

Fernandes (2002) vem ressaltar a expressão “campo” em substituição do “rural”, passando de apenas um espaço territorial demarcador de área, para um espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas por aqueles que nele vivem. Ressaltando nesta mudança de conceito, não apenas uma mudança teórica de como melhor enfocar a educação para este setor da sociedade, mas a identificação do protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pelos seus direitos. No geral, o que se destaca é a visão da educação do campo, lugar de vida e resistência, onde vivem pessoas que possuem os mesmos direitos sociais do homem da cidade, como afirmamos no decorrer deste trabalho.

A educação do campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural (Fernandes, 2002, p. 67).

O povo do campo também tem direito à educação e deve ser visto não apenas como simples camponeses que cultivam a terra para o sustento, sem nenhum conhecimento. Deve ser respeitado como um povo com direitos a uma educação de qualidade, voltada às

suas necessidades, sem que sejam retirados do lugar onde vivem. Assim sendo, esta educação de qualidade deve estabelecer condições necessárias para o povo, a partir de suas vivências.

No I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA) realizado em Brasília em julho de 1997, de uma discussão entre o MST e as universidades, surgiu a ideia de criar um programa nacional de educação na reforma agrária, nascendo assim o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Em 1998, em Brasília, foi realizada uma I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, da qual participaram vários grupos organizados em busca do ensino de qualidade para as séries iniciais do ensino fundamental, com o intuito de sensibilizar e mobilizar a sociedade, visando uma formulação de políticas públicas para garantir o direito à educação para a população que vive no/do campo. Foi nesse contexto de lutas e discussões que a proposta do PRONERA foi elaborada, propondo ações educativas para a população dos acampamentos e assentamentos rurais. Ele surgiu procurando atender esta parcela da sociedade que sempre foi marginalizada, mas que tem grande potencial para um desenvolvimento sustentável no campo. Há, no PRONERA, estímulos que criam projetos com metodologias voltadas para o povo, visando seu desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A proposta da conferência tem no seu horizonte a consecução de políticas públicas para o desejado desenvolvimento do campo e conseqüentemente educação básica adequada e, nesse sentido, tenta realizar uma mobilização da sociedade e do governo tendo em vista uma ampla conscientização a respeito de tal magno tema. (KOLLING; NÉRY; MOLINA, 1999, p. 15-16).

Em 2004, com a realização da II Conferência Nacional de Educação do Campo, os grupos organizados não pensavam mais em lutar apenas para uma educação básica, mas sim em inserir os filhos dos camponeses em todos os níveis da educação, chegando às universidades, coisa que, para eles, antes, era impossível. Assim, a educação deveria ser pensada não apenas para o povo no campo, mas com todo o povo do campo, em todas as suas dimensões. E, igualmente, já se iniciava uma reflexão a respeito do PRONERA como caminho importante para consecução das diretrizes e metas da educação do campo, tanto teórica como prática (FERNANDES; MOLINA, 2004).

Neste sentido, em 1998, é criado o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) junto ao Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), hoje Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Este programa representa uma parceria entre o Governo Federal, instituições de ensino superior e os movimentos sociais do campo, com o propósito de elevar a escolaridade de jovens e adultos em áreas de reforma agrária e formação

de professores para as escolas localizadas em assentamentos, sendo, portanto, a culminação e consolidação das propostas políticas educacionais de todo o arco de forças que originou este novo paradigma da educação do campo.

O objetivo geral do PRONERA é promover ações educativas com metodologias específicas vinculadas à realidade do povo do campo. Suas metas específicas são: reduzir o analfabetismo e promover a elevação da escolarização nos assentamentos, preocupando-se também com a capacitação de professores, com a formação técnica de jovens e adultos e, ainda, com o material didático-pedagógico. A missão do PRONERA é lidar com uma realidade histórica muito desfavorável em que são encontrados altos índices de analfabetismo rural e escolas precarizadas. Seu público alvo é a população dos assentamentos espalhados pelo país, buscando atender às necessidades da comunidade como um todo (ANDRADE; DI PIERRO, 2004b).

O PRONERA trabalha com os seguintes princípios:

- (1) Interatividade - quando desenvolve ações em parcerias com órgãos governamentais, movimentos sociais e sindicais e assentamentos.
- (2) Multiplicação - quando amplia o número de pessoas que trabalham pela educação nos assentamentos.
- (3) Participação - quando visa fazer com que a comunidade participe de todas as fases dos projetos a serem realizados (ANDRADE; DI PIERRO, 2004b).

O PRONERA trabalha com parcerias em que cada parte procura cumprir suas obrigações, funcionando, assim, num enlace de trabalho conjunto. Ele possui parceiros como: as instituições de ensino, pesquisa e extensão, públicas e privadas sem fins lucrativos e fundações de apoio; as secretarias municipais e estaduais de educação; os movimentos sociais e sindicais representativos do público beneficiário.

As instituições de ensino superior realizam, normalmente, a parte pedagógica das ações educativas. Os movimentos sociais mobilizam a participação das comunidades. O INCRA articula as partes envolvidas com as demandas das comunidades assentadas por educação e acompanhando a aplicação do dinheiro. E as secretarias estaduais e municipais de educação garantem a implantação dos projetos no âmbito estadual ou municipal. A infraestrutura para o projeto fica a cargo de todos os parceiros.

As ações educativas do PRONERA são amplas: alfabetização de jovens e adultos assentados (EJA); escolarização nos níveis fundamental, médio e superior e formação continuada de educadores que atuam no ensino de crianças, jovens e adultos nos

assentamentos; formação técnico-profissional para as áreas de produção e administração rural; produção de materiais. Mas, como apontam ANDRADE; DI PIERRO (2004b, p.31):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade educativa considerada prioritária, porque atende à necessidade dos assentados jovens e adultos de dominarem a leitura e a escrita, além dos conhecimentos básicos de matemática e estudos das ciências da natureza. Esta modalidade abrange três tipos de atividades: a primeira é o processo de alfabetização, realizado em salas de aulas distribuídas nos assentamentos, com duração mínima de 400 horas/aula presenciais (...) os monitores do EJA, por sua vez, elevam sua escolaridade no ensino fundamental supletivo, e recebem capacitação pedagógica para atuarem como agentes multiplicadores da escolarização nos assentamentos; a terceira atividade reside na capacitação dos coordenadores locais, preparando-os para atuarem como lideranças comunitárias.

Num balanço do programa organizado principalmente pelos movimentos sociais do campo, constatou-se que, em 10 anos de vida, o PRONERA alfabetizou e escolarizou cerca de 500 mil jovens e adultos atendidos. No ano de 2008, cerca de 50 mil jovens e adultos estudam nos cursos do PRONERA, seja em processo de alfabetização, nível fundamental e médio, seja nos cursos técnico-profissionalizantes de agroecologia, agropecuária, saúde, formação de educadores, nos cursos superiores de Direito, Pedagogia, Agronomia, Geografia, História, ou em cursos de pós-graduação em educação do campo e Agroecologia (SANTOS, 2008).

### **3.2 Do Governo de Fernando Henrique Cardoso ao Governo Lula**

O PRONERA foi implantado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, período em que predominou uma visão neoliberal sobre as políticas educacionais, com um viés muito forte de contenção de despesas para esta área, o que prejudicou fortemente a ampliação e melhoria deste projeto, afetando especialmente o transporte escolar, tendo como consequência grande aumento da evasão escolar. Com o governo Lula, esse projeto não ficou parado, ao contrário, por este governo ser mais influenciado pelos movimentos sociais e populares, o programa cresceu e recebeu aportes maiores de recursos, além de contar, em seus órgãos gestores, com muitos nomes ligados à construção do paradigma da Educação do campo (ANDRADE; DI PIERRO, 2004a e 2004b).

Segundo Santos (2011), o governo Lula fez com que o programa se reerguesse, oferecendo a segurança que lhe faltava, pois no período anterior o programa estava sendo operado em más condições e os recursos existentes só eram conseguidos na base muita

pressão. Com o governo Lula, o orçamento iniciou-se com R\$ 9 milhões em 2003 e, em 2010, teve R\$70 milhões no orçamento.

Em 2009, aprovamos o Pronera em lei, pelo Congresso Nacional e agora, no final de 2010, durante o IV Seminário Nacional do Pronera, o presidente Lula assinou o Decreto 7.352, que trata da Educação do campo e institui formalmente o Pronera no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), executado pelo INCRA. Isso significa que o Pronera compõe a política de Educação do campo, mas preserva sua especificidade de política pública de educação vinculada à Reforma Agrária. (SANTOS, 2011)

Em novembro de 2010, o presidente Lula assinou um decreto institucionalizando o PRONERA, um dos principais programas que luta por uma educação do campo, que atende as necessidades do povo que ali vive e, atendendo a uma antiga reivindicação dos movimentos sociais do campo, para dar um caráter mais institucional e permanente às políticas educacionais para o campo.

O fato acima aconteceu no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília, no IV Seminário Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA. Em decorrência dessa reunião, surgiu a carta do IV Seminário Nacional apontando aspectos que deveriam ser levados em conta para seu posterior desenvolvimento. Foi neste momento que o presidente Lula assinou o decreto institucionalizando o PRONERA, um dos mais importantes programas de promoção da justiça social no campo da educação, vinculado à reforma agrária. Programa que inseriu mais de 400 mil pessoas, jovens e adultos residentes nos projetos de assentamento da reforma agrária de todos os estados da federação.

Esse Programa de Educação do Campo mobilizou centenas de pessoas e organizações que, por meio de manifestações, garantiram o direito à educação dos diferentes níveis de escolarização, possibilitando aos trabalhadores do campo o acesso ao estudo, alimentação na escola, material didático dentre outros.

O PRONERA é uma política pública que abriu portas para o acesso à alfabetização e escolarização básica do povo do campo, assim como seu desenvolvimento econômico, social, cultural, político e, principalmente, sua autonomia. O PRONERA trouxe ao povo do campo o que, por muito tempo, ficou apenas no silêncio, que é o direito a uma educação de qualidade. Assim, o povo do campo, por suas manifestações e lutas, pode almejar construir para seus filhos melhores escolas e melhores estudos e, desta forma, assegurar uma formação para jovens e adultos sem o abandono da vida no campo, fortalecendo assim a reforma agrária (ANDRADE; DI PIERRO, 2004a e 2004b).

Os movimentos sociais do campo com o PRONERA lutam pelo direito de uma educação para todos e de qualidade e permitem aos assentados voltarem a sonhar com um futuro melhor, graças aos cursos técnicos profissionalizantes que, a cada dia, contribuem em sua formação como cidadãos e trabalhadores. O programa alfabetiza jovens e adultos, forma educadores de nível médio, superior e técnicos agrícolas. Então, o programa é essencial para a inclusão social, uma vez que oferece cursos para que possam atuar nos assentamentos, sejam como educadores ou profissionais da terra.

Andrade e Di Pierro (2004b, p. 127) consideram o programa como:

Um relevante instrumento de democratização da educação no campo. Suas ações educativas apresentam resultados positivos, podendo ser considerado um programa exitoso, na medida em que promove a alfabetização de jovens e adultos, forma educadores de nível médio, superior, e forma técnicos agrícolas ou agentes de desenvolvimento [...] constitui-se uma ferramenta fundamental para a inclusão social.

A realização dessa educação para todos apenas foi possível com o compromisso dos movimentos sociais e organizações coletivas, em busca de condições transformadoras profundas para a vida no campo. O programa se torna relevante para o contexto dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária em que ele assume o desafio de subsidiar a implantação de uma política pública de educação para o campo, através dos resultados obtidos.

Ainda é muito cedo para podermos afirmar que o PRONERA vai conseguir reverter o amplo e profundo quadro de carência de políticas públicas no que se refere à educação do campo. O descaso que perdurou durante anos ainda é uma chaga muito grande a ser combatida. Mas este programa representa pelo menos uma perspectiva de avanço.

### **3.3 Escola do Campo: Um Reforço de Socialização**

Um dos princípios mais importantes do PRONERA refere-se à ênfase colocada na participação ativa das famílias e comunidades na condução do projeto educativo e na gestão político-administrativa da escola.

Para os movimentos sociais que construíram o paradigma da educação do campo, é vital a presença dos sujeitos do campo na elaboração do projeto educacional e das próprias escolas, bem como a constituição destas o mais próximo possível da vida do campo.

A escola é um dos espaços mais importantes da sociedade, é onde ocorre o desenvolvimento de relações sociais e se dissemina o conhecimento construído pela humanidade. Então, compreender o lugar da escola e seu papel na socialização do indivíduo é compreender como cada ser humano é formado. Assim, é através da escola que o povo do campo irá encontrar espaço para trabalhar relações sociais que incorporem traços culturais da luta pela terra. Cabe salientar que, na dinâmica das relações do povo campo, a escola não é o único espaço onde ocorre a socialização. Esta também acontece nas relações com vizinhos, no trabalho diário, nos acampamentos, nos assentamentos, nas lutas e enfrentamentos como o latifúndio, nas lutas pela reforma agrária. Mas neste trabalho destacamos a escola e os processos educacionais que auxiliam na construção da identidade do campo, pois:

Educar é ajudar a construir e a fortalecer identidades; desenhar rostos, formar sujeitos. Isso tem a ver com valores, modo de vida, memória, cultura. As identidades se formam nos processos sociais. O papel da escola será tanto mais significativo se ela estiver em sintonia com os processos sociais vivenciados pelos seus educandos e educadores, e se ela mesma consegue se constituir como um processo social, cumprindo a tarefa da socialização de que tratamos antes, capaz de ajudar a construir e fortalecer identidades. (MOLINA; SANTOS, 2004, p.42)

A escola tem como tarefa fazer com que essa cultura não seja esquecida, fortalecendo laços e cultivando identidades. Este saber e conhecimento não são únicos e nem estão acabados; são diferentes formas de expressão que podem acontecer através de ideias, posturas, comportamentos ou habilidades, das mais diversificadas formas, mas, especialmente, tomando como centro o próprio campo.

No paradigma anterior da educação rural, as escolas rurais tinham um perfil próximo da escola urbana e era despreocupada com a construção de um cidadão consciente e atuante, além de toda precariedade existente, uma tônica durante muitos anos (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

Os professores atuantes nestas salas tinham uma formação sociológica e antropológica e, quase sempre, ficava distante de um diálogo, uma troca cultural com os povos do campo. Era uma escola totalmente descontextualizada da realidade do campo.

Nos dias atuais, com a disseminação da educação do campo, pensa-se o aluno do campo como preservador e criador de cultura, como agente dinâmico do processo social e cultural e não mais aquela personagem de antes esculpido na passividade à espera de um messias cultural que iria civilizá-lo. Portanto, esta escola tem que ser o espaço da socialização

das vivências oriundas da luta pela terra, na sua condição de camponês, de trabalhador, de participante de movimentos sociais ativos (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

Para Molina e Santos (2004, p. 27-28), a Escola do Campo que nasce da educação do campo, pensando na sua “intencionalidade política e pedagógica”, deve desenvolver três aspectos para reforçar a socialização dos indivíduos do campo:

- a. a autoestima – reverter a baixa autoestima que se encontra em algumas comunidades camponesas, resultado de dominações históricas, para o fortalecimento da cultura, das lutas e dos valores destes grupos;
- b. a memória e resistência cultural – a socialização deve servir para realçar a memória e a cultura destes grupos, ajudando a superação de um sentimento de vergonha de “ser da roça” ou “ser camponês”;
- c. a militância social – reforçar o sentimento de engajamento nas lutas pelas transformações sociais coletivamente, buscando superar a alienação e o individualismo.

Estes aspectos devem estar ligados a um intenso debate sobre como produzir e socializar os mais diferentes tipos de saberes mais próximos aos sujeitos do campo, que possibilitem a construção de relações mais humanas e de uma nova relação entre cidade e campo.

Desta forma, percebe-se que o povo do campo deve buscar seus direitos e isto deve ser feito através dos movimentos e dos programas que lutam por uma educação do campo. O PRONERA, que trabalha com os assentamentos e acampamentos rurais, é o programa que mais se aproxima desta visão de reforço da socialização dentro de uma cultura do campo que deve ser valorizada, como afirma Arroyo (2006, p.109):

Eu diria que, na medida em que a terra é ameaçada e as formas de produção são ameaçadas, a produção da existência é ameaçada, a produção da infância e da adolescência também é ameaçada. A escola do campo tem que se acostumar a trabalhar com configurações de infância não definidas, mas ameaçadas. Por quê? Porque a própria base da produção dessas configurações está ameaçada. Isso está claro em todos os movimentos do campo. Quando a terra, o território, as formas de produção estão ameaçadas, é ameaçada também a formação da cultura, do conhecimento e das identidades temporais. É ameaçada a escola. Como pesquisar isso? Pesquisar esses processos é prévio a pesquisar a escola por dentro, o currículo, a didática, os horários. Deveríamos colocar como prioridade na nossa agenda estas outras questões, que são extremamente radicais na configuração do sistema educativo do campo e na escola do campo.

O PRONERA se revela então um programa que constrói uma educação do campo com a participação dos trabalhadores rurais, como sujeitos desse processo educativo. É uma construção do povo do campo e não um projeto pronto, acabado e imposto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos compreender como se construiu um novo paradigma para entender os processos educacionais que têm sua origem no campo, surgido das lutas dos movimentos sociais do campo, na sua luta secular pela distribuição da terra e derrubada do latifúndio.

Os movimentos sociais, nesta sua luta por reforma agrária, construíram igualmente o paradigma da educação do campo, em oposição ao paradigma existente vinculado aos interesses do latifúndio e do atraso, constituídos no que denominamos de educação rural.

Observamos, no decorrer deste, as profundas transformações de uma sociedade dualista, entre um lado rural ligado ao arcaico e um lado urbano, sempre visto como próspero e civilizado. Vimos que, atualmente, esta realidade tem pouco de verdade, porque brotam no campo: vida, cultura, valores de um povo sofrido que procura de todas as maneiras se afirmar e conquistar seus direitos.

Esse trabalho incita a esperança e possibilidades de democratização do acesso à terra e da educação do campo, superando obstáculos e enfrentando novos e velhos desafios. As necessidades devem ser atendidas no meio, buscando políticas públicas, visando um desenvolvimento sustentável na construção de um modelo em que a educação tem um papel fundamental e, neste sentido, o PRONERA pode ser um primeiro passo na construção de uma educação do campo com qualidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. **Avaliação geral:** avaliação externa do Pronera. Relatório de pesquisa: São Paulo, 2004 a.

\_\_\_\_\_. **Programa nacional de educação na reforma agrária em perspectiva – dados básicos para uma avaliação.** São Paulo: Ação Educativa, 2004b.

ARROYO, Miguel. Por um tratamento público da Educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagno e JESUS, Sônia Meire Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo.** Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do campo”, 2004, vol. 5.

\_\_\_\_\_, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (org.). **Por Uma Educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_, Miguel. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: CASTAGNA, Mônica (org.). **Educação do campo e Pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** 1988. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2002.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº. 1/2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília: SECAD, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394/96 **Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação do campo.** Brasília: Inep/MEC, 2007.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagno e JESUS, Sônia Meire Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo.** Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do campo”, 2004, vol. 5.

\_\_\_\_\_, Roseli Salete. Por uma Educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo osfs; CALDART, Roseli Salete. (Orgs.). **A Educação Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do campo”, 2004 a.

DIAS DA SILVA, Rosa Helena. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo, osfs; CALDART, Roseli Salete. (Orgs.). **A Educação Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do campo”, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagno e JESUS, Sônia Meire Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do campo”, 2004, vol. 5.

\_\_\_\_\_, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo, osfs; CALDART, Roseli Salete. (Orgs.). **A Educação Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do campo”, 2004.

HENRIQUES, Ricardo; MARANGON, Antônio; DELAMORA, Michiele, Adelaide CHAMUSCA, Adelaide (orgs). **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

HOUAISS, Antonio, VILLAR; Mauro de Salles, FRACO; Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. **Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas**. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.Php?Id\\_noticia=1766](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.Php?Id_noticia=1766)>. Acesso em 10/11/2011.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo, osfs; CALDART, Roseli Salete. (Orgs.). **A Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do campo”, 2004.

\_\_\_\_\_, Edgar Jorge; NÉRY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: UNB, 1999.

LIMA, Ana Rita; SANTOS, Clarice A.; ALDRIGHI, Salete. **Educação no campo: direito de todos os camponeses e camponesas**. Jundiaí: MaxPrint, 2006.

LUNAS, Alessandra da Costa e ROCHA, Eliene Novaes. **Práticas pedagógicas e formação de educadores (as) do campo** – cadernos pedagógicos de Educação do campo. Brasília: Dupligráfica, 2009.

MOLINA, Mônica Castagno e JESUS, Sônia Meire Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do campo”, 2004, vol. 5.

RAMOS, Marise Nogueira; MOREIRA, Telma Maria; SANTOS, Clarice Aparecida. **Referências para uma política nacional de Educação do campo: caderno de subsídios**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do campo, 2004.

SACRISTÁN, J. Gimeno; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed. 2000.

SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do campo: campo - políticas públicas - educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

SANTOS, Clarice dos. **Pronera: os desafios e avanços para a Educação do campo**. Disponível em <<http://www.mst.org.br/node/11087>> acessado em 10/11/2011.

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do campo: semeando sonhos... Cultivando direitos**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, 2004.